

# “Bora Ocupar”: um balanço das ocupações de escola em Recife

Soraia de Carvalho<sup>1</sup>

## Introdução

Este trabalho é fruto de um projeto de extensão que resultará em um documentário sobre o movimento de ocupação de escolas em Recife, intitulado “Bora ocupar”, com lançamento previsto para o segundo semestre de 2018. A dinâmica participativa envolvendo os jovens, e as entrevistas com ex-ocupantes e apoiadores, garantiu um rico material que será parcialmente exposto neste artigo. As entrevistas foram precedidas de três “Encontrões pós-ocupas”, nos quais ex-ocupantes e equipe do projeto de extensão se reuniram para retomar a reflexão sobre as ocupações. A partir deste levantamento, foram montados os roteiros das entrevistas, com questões abertas, sendo realizadas individualmente, em duplas, trios ou coletivamente, prioritariamente com ex-ocupantes, mas também com mães e apoiadores. As citações<sup>2</sup> dos entrevistados, reproduzidas ao longo do texto, compõem a versão preliminar do documentário ainda não disponível ao público em geral.

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre o Estado e a luta de classes na América Latina - Práxis/UFCG e Grupo de Estudos de Política na América Latina - GEPAL/UEL. Endereço eletrônico: soraiadecarvalho@hotmail.com.

<sup>2</sup> Agradeço à equipe do projeto “Bora ocupar”: um registro das ocupações de escola em Recife pelo engajamento em todas as fases de planejamento, formação, pesquisa, realização de entrevistas e transcrição reproduzidas neste trabalho. Agradeço também aos parceiros e, sobretudo, aos ex-ocupantes, pela confiança demonstrada em todo o processo.



**Fonte:** Acervo do projeto de extensão "Bora ocupar"<sup>3</sup>.

Das 21 escolas ocupadas em Pernambuco, 14 se localizavam na capital, sendo que duas delas foram rapidamente desocupadas por meio da repressão. A primeira ocupação ocorreu na Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Cândido Duarte, em 07 de novembro de 2016, que foi desocupada em uma ação de reintegração de posse, em 21 de dezembro de 2016. A última a ser desocupada foi a Escola Municipal Professor Nilo Pereira, de nível fundamental, que iniciou em 23 de novembro de 2016, e resistiu até 09 de janeiro de 2017. Foram entrevistados, no total, quinze estudantes de oito escolas que foram ocupadas em Recife. A onda de ocupações em Pernambuco iniciou-se com as Universidades e Institutos Federais. Foram cinco campi do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) ocupados, dez centros e campi da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), além da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade de Pernambuco (UPE) e Universidade Católica de Pernambuco (Unicap).

Este artigo é um primeiro desdobramento no esforço de articular extensão e pesquisa, portanto a abordagem teórica e o tratamento das entrevistas ainda não foram devidamente sistematizados e amadurecidos. Ao apresentarmos a experiência de luta dos estudantes recifenses, nosso objetivo é promover a reflexão sobre o movimento estudantil e sua relação com a luta de classes. Abordar a polêmica quanto a seu enquadramento em novos/novíssimos movimentos sociais e suas formas de organização. Como parte do contexto social e das medidas governamentais contra as quais os jovens se levantaram, debateremos brevemente as medidas do governo de

---

<sup>3</sup> Todas as fotos deste trabalho retratam a luta estudantil do período ou o processo de produção do documentário, sendo cedidas por seus autores.

Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), iniciado após a deposição de Dilma Rousseff do Partido de Trabalhadores (PT), por meio de um golpe institucional.

### **Crise econômica, política e os ataques aos direitos sociais**



**Fonte:** Arquivo da OcupaEGBL.

O ano de 2016 foi marcado por uma profunda crise política no Brasil que, por sua vez, expressou os impactos da crise econômica mundial, que teve seu epicentro nos Estados Unidos, em 2007-2008, se irradiou para a Europa e a partir de 2014 para a América Latina. O ápice deste processo se deu com a deposição da presidente Dilma Rousseff, do PT, em um processo de *impeachment* que se configurou como um golpe (ANDERSON et al, 2016). Michel Temer, do PMDB, por esta via, passou da condição de vice para a de presidente. Sob a base da crise política estava o imperativo de garantir o superávit primário, por meio de um profundo ajuste fiscal, e a retirada de direitos sociais historicamente conquistados (KLIASS, 2016, p. 70).

Antes mesmo do golpe, o governo de Dilma já direcionava sua política econômica para a aplicação de um ajuste fiscal, devido ao nome do Ministro da Fazenda, as medidas foram batizadas de “Plano Levy”. Assim, já se mostrava o esgotamento das medidas anticíclicas promovidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Após os primeiros impactos da crise econômica mundial, em 2009, já se definia um aumento das lutas grevistas, que seguiram o ritmo do aquecimento e resfriamento da economia, até culminar com as explosões sociais conhecidas como “jornadas de junho”, iniciadas com a resposta ao aumento nas tarifas dos transportes

coletivos em São Paulo, espalhando-se para diversas cidades no país, em 2013. Ante a repressão pela PM do governo de São Paulo, os atos convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) transformaram-se em mobilizações massivas, sem que a convocatória passasse pelas Centrais sindicais ou partidos de esquerda. A espontaneidade, porém, mostrou seus limites ante a ofensiva da burguesia que, sem conseguir vencer o movimento, por meio da difamação e da repressão, passou a tentar dirigi-lo desviando o curso das reivindicações para a moralização da política, atraindo a pequena-burguesia. Contou com o trabalho de rechaço aos partidos conduzido pelos organizadores iniciais dos atos, com a proibição das bandeiras e expressão em carros de som, para apresentar organizações “apartidárias” que nas redes sociais prepararam o terreno para direcionar o descontentamento para o desgaste eleitoral do PT e reforço de tendências direitistas no seio da política.

Em 2014, os protestos contra a Copa do Mundo não atingiram o mesmo caráter multitudinário. Porém, atos radicalizados em grandes cidades expuseram o Estado policial com confrontos, infiltração policial nas organizações e manifestações e o aprimoramento do aparato repressivo e dos marcos legais de criminalização dos movimentos, a exemplo da aprovação da lei antiterrorismo (nº 13.260/2016).

Sob a base das grandes manifestações de junho e, depois, contra a Copa, estiveram camadas sociais que, mesmo com os anos de crescimento econômico, mantiveram-se à margem do usufruto da riqueza socialmente produzida, mas altamente concentrada em sua apropriação. Nas ruas, estiveram assalariados, trabalhadores informais, desempregados e subempregados. Os movimentos populares por moradia ganharam impulso e generalizaram os métodos de ações coletivas, bloqueios de avenidas e rodovias, ocupações e resistência à repressão policial.

## As lutas estudantis



**Fonte:** Sérgio Gaspar (Simpere)<sup>4</sup>.

Os efeitos da crise não são descarregados uniformemente sobre os oprimidos. Há particular incidência sobre aqueles que já arcam com discriminações e diferenciações como negros, mulheres e população LGBT. A juventude das classes sociais dominadas, integrada pelo proletariado, pequena burguesia empobrecida e campesinato, também é atravessada por estas expressões da opressão social. É importante lembrar que em um contexto em que o índice de desemprego aferido pela PNAD contínua chegou a 11,8% em 2016, este percentual no mesmo ano chegou a 25,7% entre jovens entre 14 e 24 anos (IBGE, 2017). Já os jovens que nem estudavam e nem trabalhavam, no Brasil, somavam 25,8%. Enquanto em Pernambuco, o número chegou a 35,1%.

Ou seja, apesar da queixa da proposta tecnicista da reforma do Ensino Médio e sua relação com a divisão social do trabalho – nem mesmo a promessa do emprego é garantida, configurando a camada que Giovanni Alves caracteriza como “jovens órfãos de futuridade” (2012, p. 35). Manifesta-se, no cotidiano destes jovens, a saída da burguesia para as crises de superprodução com destruição de forças produtivas, dentre elas a força de trabalho. O fechamento das escolas, a não incorporação destes jovens à produção, corresponde a este movimento destrutivo do capital. Ao mesmo

---

<sup>4</sup> Esta foto é da manifestação do dia da aprovação da PEC 55 no Senado federal, em 13 de dezembro de 2016. Ao final da manifestação, o exército que estava autorizado a agir em Pernambuco, deteve cerca de 50 jovens, sendo 20 deles menores de idade. Todos foram liberados até a madrugada do mesmo dia.

tempo em que interessa abrir novos campos para a valorização, o que explica a sanha privatista e o interesse do capital financeiro em precarizar os sistemas públicos de saúde, previdência, educação, dentre outros, e mercantilizá-los ainda mais, de formas diretas e indiretas.

É importante destacar que a categoria estudantil ou a juventude não forma uma classe social. O movimento em Recife mostrou toda a heterogeneidade desta categoria, combinando escolas predominantemente frequentadas por classes médias e outras de periferia, de composição proletarizada. Somada ao particular momento da vida, que é a adolescência e juventude, a vivência coletiva dos estudantes traz a possibilidade de que rompam temporariamente com seu passado (pertencimento de classe) e com seu futuro (profissional isolado no processo produtivo) e que se vinculem às lutas mais gerais dos trabalhadores. Nas escolas, a juventude se rebela contra as normas da burocracia estatal e a impermeabilidade da gestão escolar a uma participação efetiva. Sem uma organização política articulada em entidades locais, regionais e nacionais, a revolta assume formas coletivas e individuais, resulta em embates com a direção da escola, conflitos com professores ou em destruição do ambiente escolar.

A circunstância de irrupção da juventude na cena política, desde 2013, enquanto a classe operária permaneceu recuada<sup>5</sup>, traz paralelos com as interpretações hegemônicas a respeito do Maio de 1968, na França, e o surgimento da teoria dos Novos Movimentos Sociais. Tratamos das versões hegemônicas que praticamente desconsideram a multitudinária greve geral que acompanhou tal jornada de lutas, e que destacam, sobretudo, a crítica aos costumes. Apesar de ganharem maior expressão com Alain Touraine, sobretudo na obra “O retorno do autor” de 1984, alguns elementos já estavam presentes na obra de 1964, “O homem unidimensional: estudos sociedade industrial avançada”, em que Herbert Marcuse trata da integração dos operários fabris à sociedade capitalista e sua incapacidade de práticas emancipatórias transferindo o papel transformador para novos sujeitos políticos, dentre eles os estudantes.

---

<sup>5</sup> O processo de estatização e burocratização dos sindicatos (BADARÓ, 2014, p. 100; DRUCK, 2006, p. 334) sob os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores, podem indicar uma das causas para a dificuldade da classe operária se mobilizar seja contra o golpe ou contra as medidas do governo Temer. Posteriormente, já em 2017, houve um ascenso que indicou uma tendência de luta entre as massas e, inclusive, a classe operária, culminando com a greve geral de 28 de abril, que imediatamente passou a ser desmontada pelas burocracias sindicais.



Carlos Montaña e Maria Lúcia Duriguetto consideram que as principais vertentes teóricas que procuraram compreender os “novos movimentos sociais” são a) acionalista, que enfatizam as questões da cultura e identidade e deslocam o debate da esfera das relações de produção para a da reprodução; b) a pós-moderna, que “inspirada e influenciada na teoria acionalista, desenvolve-se no contexto da hegemonia neoliberal, do pensamento único, renunciando à perspectiva da totalidade, da luta de classes e da revolução” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010, p. 312); e c) a marxista, que enfatiza as classes sociais e estruturas econômicas.

Em vez de propor a substituição dos “velhos sujeitos” pelos “novos sujeitos”, os autores consideram que há uma renovação pluridimensional dos sujeitos políticos que amplia o campo da política e das práticas coletivas. Assim, estes movimentos seriam complementares à luta de classes, vinculando-se a ela de forma direta ou indireta, independentemente da consciência de seus atores (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010, p. 343).

No Brasil recente, o elogio da espontaneidade (SAFATLE, 2012, p. 55) foi alimentado pela onda de ocupações, primeiro de espaços públicos, inspirada nos movimentos como o *Occupy Wall Street*, mas posteriormente na forma organizativa proposta pelo Movimento Passe Livre (HARVEY et al, 2013) que ganhou grande visibilidade com as jornadas de junho de 2013. Nas ocupações de escolas, também foi forte a presença do autonomismo (HOLLOWAY, 2003) e a rejeição a formas organizativas impulsionadas por partidos e sindicatos.

Nas escolas recifenses, não foi diferente:

Eu acho que a maioria da galera da ocupação tinha um sentimento apartidário. Tipo, a maioria da galera não fechava com partido nenhum, e nem gostava, tipo, não sentia empatia por PT, por PSOL, PSDB, ninguém gostava. E eu acho que era muito dessa coisa, assim, de a gente não querer, em primeira instância, que outras organizações entrassem dentro da ocupação. Depois que a gente começou, assim, a ter uma noção das coisas, de qual galera tava ali pra nos ajudar no nosso próprio protagonismo, e não roubar espaço de fala da gente, a gente começou a somar essa galera. Daí foi quando começou realmente, deu aquele “boom” das oficinas, das palestras, dos debates, dos cine-debates também (Kleber Danylo Mendes da Silva, OcupaEGBL<sup>6</sup>).

---

<sup>6</sup>As citações trazem marcas da coloquialidade, optamos por não colocar o (sic) a cada palavra não correspondente à norma culta, o que reduziria a fluência da leitura. Todas as entrevistas foram realizadas no ano de 2017, e sua veiculação foi autorizada por escrito, pelos jovens, maiores de idade, e, no caso de Caio Bandeira, por sua mãe.

Trata-se de uma nova geração que começa sua participação em meio a uma profunda crise política em que todos partidos institucionalizados parecem estar envolvidos, e em que as esquerdas partidárias e sindicais parecem engessadas em sua resposta. Nota-se a primeira reação de rechaço geral, inclusive sem diferenciar, por exemplo, PSOL, PT e PSDB. Depois, por meio da experiência prática, os estudantes compreenderam a necessidade de diferenciar as organizações e, até mesmo, aceitar o apoio oferecido.

O reconhecimento de que os estudantes não formam uma classe não deriva, a nosso ver, em desconsiderar que o movimento da juventude expressa a luta de classes. Ora, as grandes manifestações e a onda de ocupação de escolas no país indicou que os estudantes estavam sensíveis à movimentação do capital financeiro de desfechar, por meio dos governos, um profundo ataque aos explorados. A forma como perceberam isso, em seu cotidiano, foi por meio da tentativa do governo paulista fechar escolas e salas de aula e, por meio do anúncio de que Temer pretendia impor mudanças regressivas no ensino médio e o congelamento dos gastos sociais. Além disso, expressam a deterioração das condições de vida de suas famílias, impactadas pelo endividamento, desemprego, queda na renda e maior precariedade dos serviços públicos.

### **O método das ocupações**

*"A ocupação já rememora a ocupação de fábricas, a ocupação de favelas e o próprio Ocupe Estelita que é vizinho da gente."  
(Lujan Fragoso de Farias Jr., Ocupa Porto Digital).*

O antecedente mais imediato desta luta remete à experiência dos secundaristas paulistas em 2015 (CAMPOS et al., 2016). Os mesmos obtiveram uma vitória que fez o governador Geraldo Alckmin recuar em seu plano de reorganização escolar. Plano este que fecharia escolas e salas de aulas. Outro antecedente mais distante, nos leva à jornada de lutas conhecida como Revolución Pinguina, em que secundaristas chilenos ocuparam as escolas e promoveram grandes marchas reivindicando educação pública. Por sua vez, os estudantes chilenos adotaram um método já presente nas lutas operárias e camponesas: a ocupação.



Em 2016, como rastilho de pólvora, o movimento de ocupações de escolas, deflagrado no Paraná, se expandiu para o país e, inclusive, influenciou as greves e ocupações nas universidades e Institutos Federais. À pauta inicial de rechaço à Medida Provisória da Reforma do Ensino Médio, somou-se o combate à Proposta de Emenda Constitucional de número 241, que depois tramitou com o número 55, visando instituir o novo regime fiscal, estabelecendo um teto para os gastos primários do governo para os próximos vinte anos, permitindo apenas a reposição da inflação, desconsiderando o aumento populacional e o quadro atual de subfinanciamento.

As ocupações escolares afetam decisiva e momentaneamente as relações de poder. Retiram a escola do controle dos governos, e as colocam sob o comando dos estudantes.

Nessa loucura toda, a gente conseguiu, de pouquinho em pouquinho, enrolando, enrolando, cada um foi pegando e passando de mão em mão, e conseguiu pegar todas as chaves. E quando a gente viu que a gente tava sobre controle da escola, que as chaves tavam com a gente, a gente já podia abrir cadeado, fechar, a gente fez [...]: "agora vocês têm que ir embora, a gente não quer vocês mais aqui dentro". "Não, mas a escola..." "Não, a escola agora é nossa, a gente ocupou a escola, a escola é nossa e vocês não têm direito de estar mais aqui dentro" (Maria Katarina, Ocupa Cândido Duarte, 2017).

A gestão escolar não era percebida como expressão da comunidade escolar. "Como se o trabalho deles fossem oprimir a gente e não nos ajudar e gerir a escola com a gente", afirma Caio Bandeira, da Escola Técnica Estadual Professor Lucilo Ávila Pessoa. A vivência da democracia traz reflexões, o estudante, ao comentar uma pixação com a mensagem "todo poder aos estudantes" avalia: "[...] na instituição de ensino, a gente é a maioria né? No caso, o povo. Se a gente tivesse a oportunidade de entrar mais, tipo, na forma de administração, eu acho que seria muito melhor mesmo, porque afinal de contas, é pra gente mesmo, entende?". Caio complementa:

Eu senti essa parte, que é uma parte da responsabilidade da democracia. O estranho é viver em um país democrático e nunca ter sentido. Mas eu notei: "Poxa, pesa às vezes". Você toma a decisão errada, às vezes até a maioria toma a decisão errada. E você fica: "Poxa, fizemos errado". Só que toda vez você consegue reconstruir, e como o poder era nosso, de fato, a gente podia sempre achar a opção melhor pra gente, justamente na escola que serve pra gente. Eu acredito que por mais que a gente fosse jovem e tudo, ainda fosse estudante, e estivesse aprendendo, esse tipo de coisa não podia ser negada à gente, a gente não devia ficar por fora desse tipo de decisão (Caio Bandeira, OcupaETEPLAP).

Ainda sobre a ocupação, trata-se de um método de ação direta, em que por cima das formalidades legais e burocráticas, os próprios oprimidos decidem e executam ações para solucionar seus problemas. Como relata Caio:

A gestora da escola disse que não ia servir almoço pra ninguém. Na verdade, ela até disse, no dia da ocupação, que ela preferia dar aos porcos a comida do que deixar a gente almoçar lá. Sendo que aí a gente parou, tipo, e quando começou esse boato, a gente parou e falou: "Pera aí, mas isso tá pronto. A gente entra lá, pega e serve!" E aí a gente entrou lá na cozinha, pediu licença lá, pá, pegou e serviu todo mundo.

Ao mesmo tempo, os estudantes desenvolveram um funcionamento plenamente democrático no interior das escolas, com a soberania de assembleias gerais, criação de comissões para os trabalhos de limpeza, segurança, alimentação, comunicação, etc., com rotatividade das funções e procurando não reproduzir uma divisão sexual destas atividades.

Daniel, da Escola Municipal Nilo Pereira, relata:

"Aqui todo mundo se ajuda", que era um cartaz que a gente não tinha um lugar fixo. Assim, você não tinha que dizer: "Eu vou ficar na segurança porque eu sou menino". [...] Ali todo mundo era igual. Não tinha melhor, nem pior. Então todo mundo estava ali no mesmo patamar, todo mundo estava ali por uma causa, a educação (Daniel Francisco dos Santos, Ocupa Nilo).

Mylena Amorim, da EREM Ginásio Pernambucano, explica que a rotatividade significava que "[...] se eu estou limpando hoje, eu não preciso limpar pra sempre, eu não preciso cozinhar para sempre, eu não preciso ficar na comissão de segurança para sempre. Porque todo mundo sabe fazer os mesmos serviços, então todo mundo pode fazer tudo, sabe?". Relatos como estes foram ouvidos em todas ocupações, seja no Recife ou no país, expressando um esforço em combater as discriminações na prática.

## As causas da revolta estudantil

*A gente vai ter 20 anos de congelamento de gastos, ainda vai ter redução do nosso pensamento (Maria Katarina Bezerra Cruz da Silva, OcupaCândidoDuarte)*



Foto do acervo da Ocupa EGBL cedida ao projeto "Bora ocupar".

As reivindicações nacionais das ocupações indicam como os estudantes se converteram em uma ponta de lança contra o governo golpista de Temer. No alvo, estavam a PEC 55 do teto dos gastos, as reformas do ensino médio (MP 746) e os projetos de lei da Escola sem Partido. O novo regime fiscal estava no coração do golpe que destituiu Dilma, atendendo ao imperativo do capital financeiro de encerrar a experiência de conciliação de classes e abrir um período de ataques sem atenuantes. Um governo não eleito, que se ergueu rasgando os 54,5 milhões de votos que elegeram Dilma, abriu esta ofensiva sem precedentes quanto ao seu ritmo e intensidade. Os dois anos de governo Temer, que no momento das ocupações dava seus primeiros passos, já deixaram um rastro de destruição de direitos, aos quais se somam a Reforma Trabalhista, a Lei da terceirização, retrocessos na política agrária, indígena e

quilombola, restrição em liberdades democráticas, militarização da política e uma ampla ofensiva privatista.

A exposição de motivos que acompanhou a propositura da PEC 241, assinada pelo Ministro da Fazenda Henrique Meirelles e o então Ministro do Planejamento e Gestão Dyogo Henrique de Oliveira, parte da existência de um déficit de R\$170 bilhões nas contas públicas, e indica o aumento da dívida pública federal, que passou de 51,7% do PIB, em 2013, para 67,5% do PIB, em abril de 2016. Aponta como consequência a perda de confiança dos investidores que, por sua vez, ocasionaria a perda de empregos. Reeditando o discurso neoliberal, atribui o desarranjo nas contas às despesas com os gastos sociais:

A raiz do problema fiscal do Governo Federal está no crescimento acelerado da despesa pública primária. No período 2008-2015, essa despesa cresceu 51% acima da inflação, enquanto a receita evoluiu apenas 14,5%. Torna-se, portanto, necessário estabilizar o crescimento da despesa primária, como instrumento para conter a expansão da dívida pública. Esse é o objetivo desta Proposta de Emenda à Constituição (MEIRELLES e OLIVEIRA, 2016).

O objetivo central desta Emenda à Constituição era acabar com o vínculo obrigatório, estabelecido na Constituição federal de 1988, entre a receita líquida e o percentual mínimo destinado à saúde e educação. Ante a pressão por sustentar o parasitismo financeiro sobre a dívida pública, os mecanismos existentes de Desvinculação das Receitas da União (DRU), implementados, inicialmente sob o nome de Fundo Social de Emergência, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1994.

Os estudantes logo perceberam que o sacrifício não era para todos e a já precária educação sofreria ainda mais com tal medida.

Quando, antes da gente ocupar, nas discussões de sala de aula, os professores trouxeram pra gente que existia uma PEC que cortava gastos públicos [...], a gente começou a saber que, em 20 anos, o governo ia congelar os gastos em saúde, educação, emprego [...]. E a gente fez “não, isso vai atingir a gente totalmente, como assim a gente vai ser cortado o ensino público, e a iniciativa privada vai tomar conta de tudo durante 20 anos. [...] “Não, a gente tem que fazer alguma coisa”. [...] E depois de um tempo surgiu a MP, que era a Reforma do Ensino Médio, dizendo que a gente ia perder matérias de Filosofia, de Sociologia... [...] Eles iam impor que a gente tivesse ensino técnico. [...] As matérias que iam ser cortadas eram justamente as matérias que faziam a gente ir além, a gente ter o conhecimento que a gente pode deter, de que a gente pode ter o poder (Maria Katarina da Silva, Ocupa Cândido Duarte).

A Reforma do Ensino Médio é parte das medidas de austeridade fiscal do governo federal, e atende a uma necessidade de abertura da Educação básica para as corporações de ensino. Segundo a Confederação Nacional de Trabalhadores na Educação (CNTE): “Sobre o conteúdo, a reforma do MEC tem um objetivo central – reduzir a aprendizagem dos estudantes aos ditames do mercado e fomentar a privatização das escolas e a terceirização de seus profissionais” (2016, p. 1).

Não por acaso, em 23 de abril de 2018, a maior corporação de ensino do mundo, a Kroton, comprou por R\$ 4,57 bilhões o grupo Somos. Muito mais importante do que o controle de 44 colégios privados que atendem 66 mil estudantes, a operação mira nas editoras como a Ática, Scipione e Saraiva, cujos livros didáticos abrangem 43,2 milhões de alunos das redes pública e privada de ensino. A padronização promovida pela reforma do Ensino Médio facilita esta ação. Além disso, estão sendo experimentadas formas de terceirização da gestão e a discussão no Conselho Nacional de Educação tem pautado a possibilidade de o Ensino Médio ter até 40% de seu conteúdo ofertado na modalidade não presencial e de a Educação de jovens e adultos ser 100% via ensino à distância (TENENTE e FAJARDO, 2018). Modalidade que as corporações educacionais já têm expandido no ensino superior ao longo da última década.

A reforma traz alterações na grade curricular, eliminando a obrigatoriedade de algumas disciplinas. Estabelece um ciclo comum de um ano e meio e outro percurso apresentado como flexível, em áreas de conhecimentos/habilidades “[...] conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino” (BRASIL, Lei 13.415/2017). A promessa da liberdade de escolha já esbarra na constatação de 53% dos municípios brasileiros possuem apenas uma escola de ensino médio ou educação profissionalizante.

Nesse cenário, se cada escola se especializar somente em um itinerário (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas ou formação técnica e profissional), só 872 municípios (15,7%) teriam possibilidade de ofertar todas as opções aos seus alunos (TOLEDO, 2017).

Outra consequência é a ampliação da carga horária, passando em cinco anos de 800 horas anuais para 1000. E, tendo como meta, sem prazo definido, as 1.400 horas. A implementação do ensino integral tem mostrado que tal medida implica em fechamento de turnos escolares e a expulsão dos alunos que não podem estudar em tempo integral.

Recife já vinha implementando o ensino integral, tendo como antecedentes os projetos piloto dos Centros de Ensino Experimental, desde 2004 e o Programa de Educação Integral, criado em 2008.

Em sua dissertação de mestrado, Jadilson Miguel da Silva apresenta o viés privatista e tecnicista que acompanhou as propostas já em 2004.

A partir da já citada premissa de que a escola pública estava em crise – especialmente a pauperizada situação do ensino médio – e que o atraso em desenvolvimento do país e da região se devia a falta de investimentos educacionais, foi firmado um termo de cooperação técnica entre o poder público e o setor privado com a devida mediação da Secretaria de Educação do estado de Pernambuco e do ICE] Instituto de Corresponsabilidade pela Educação]. Esse termo se colocava na busca da implantação de uma rede de escolas públicas de ensino médio que fosse referência em inovação na gestão e no modelo pedagógico. Além disso, procurava envolver empresas e empreendedores sociais no projeto para, juntamente ao poder público, fortalecer a ideia. Estava lançada a semente do futuro Programa de Educação Integral, caracterizado por uma aproximação mais efetiva dos processos educacionais formais na rede estadual às requisições do capital na atualidade para o campo da formação da força de trabalho (SILVA, 2013).

Segundo a página da Secretaria de Educação do Governo de Pernambuco, em 2014, havia no estado “[...]125 escolas integrais, que oferecem aulas nos dois turnos durante todos os dias da semana, 175 escolas semi-integrais onde os estudantes possuem aulas em horário integral três vezes por semana e 28 Escolas Técnicas Estaduais com ensino médio integrado em jornada integral” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, s/d). Os 130 mil estudantes matriculados nestas instituições correspondiam a 41% das matrículas no ensino médio estadual. Em 2016, a expectativa era de ultrapassar a metade das matrículas.

Leonarda Santos (Leea), estudante da Escola Estadual Padre Dehon, comenta que o que a motivou a ocupar sua escola foi o descoberta de que com a Reforma do Ensino Médio, decretada por Temer, haveria a expansão das escolas de ensino integral.

Eu vou falar por mim, eu saí de uma escola semi-integral e não tinha estrutura e acredito que no Recife quase escola nenhuma tenha essa estrutura. [...] As escolas que sempre estudei [...], a gente não podia tomar banho e também a gente só tinha dois banheiros e era o intervalo de todo mundo na mesma hora. Então eu acho que primeiro governo devia projetar uma escola que ela pudesse acolher os alunos. E essa questão de dez aulas por dia é a coisa mais cansativa do mundo [...]. São dez aulas dentro de uma sala de aula e apenas em uma você, que não era nem todo dia, que era educação física, apenas em uma você sair da sala. E, mesmo assim, em escola integral não tem mais isso fora, tem que ser uma fora e uma dentro. Então era dia que era muita informação de você não aguentar dez aulas. [...] Dez aulas por dia é tortura, muita tortura (Leea Santos, OcupaPadreDehon).

A estudante demonstra uma aspiração de combinar a educação com o trabalho, de aprender também fora da escola. Experiência que é limitada, no capitalismo, com os trabalhos com jornadas incompatíveis com o desenvolvimento físico e intelectual dos jovens. A forma que conseguiu isto foi por meio de um estágio.

[...] convenci a minha mãe a me tirar da escola integral e ela não queria de jeito nenhum. Ela achava que ali era meu futuro. Eu vi que ali eu não tava captando mais nada. Então, aí eu pedi, aí consegui arrumar um estágio e convencer a ela que ia trabalhar de alguma forma. E que tinha que aprender não assistindo aula, aula, aula, mas no meu dia a dia. Tinha que aprender alguma coisa (Leea Santos, OcupaPadreDehon).

Foi recorrente a reivindicação de retomada do projeto original de ensino integral, por parte dos ocupantes, uma vez que houve um primeiro momento, em Pernambuco, baseado em projetos interdisciplinares e maior diversidade de atividades, porém, ante os baixos resultados no ingresso no ensino superior, a proposta pedagógica foi alterada para privilegiar as aulas expositivas e os conteúdos exigidos (SILVA, 2013, p. 101). Nota-se a ausência de uma reflexão mais aprofundada da juventude sobre o ensino integral em si mesmo, o que poderia ser alargado com as reflexões de Marx e Engels sobre a necessidade de unir a teoria e prática por meio do ensino vinculado à produção social. Exigência que expõe como a classe dominante não concentra apenas as riquezas produzidas socialmente, mas também as forças intelectuais da produção (MARX, 1985, p. 283). E que os trabalhadores, em sua luta, também na área da educação, propunham, no passado, a politecnicidade, com 1) Educação intelectual, 2) Educação corporal, e 3) Educação tecnológica (MARX, 2011, p.85).



## O obscurantismo ganha mais espaço nas escolas

*Então, esse lance de religião dentro da escola... e a política que a gente queria conversar e que acho que deveria ser falado dentro de sala de aula era proibido. A gente não podia falar de política em sala de aula com nenhum professor (Leea, OcupaPadreDehon).*



**Fonte:** acervo da OcupaPD.

O fortalecimento de uma poderosa bancada religiosa no parlamento, fenômeno iniciado sob o governo Dilma Rousseff, se potenciou no processo do *impeachment*, em que o apoio das bancadas do boi, da bala e da Bíblia foram fundamentais. Esta movimentação, porém, não tem raízes puramente políticas. Com a crise de 2008, ao mesmo tempo em que se abriu uma nova etapa na luta de classes mundial – com o levante nos países Árabes, movimentos Occupy na Europa e Estados Unidos, greves gerais nos países mediterrâneos e significativas greves operárias na França – abriram-se tendências reacionárias que respondem às imigrações com xenofobia, e o reforço de partidos e movimentos de extrema direita, com tonalidades facistizantes, que assumem a condução de executivos ou ampliam sua presença nos parlamentos.

No Brasil pós-Temer, ganham terreno as propostas reacionárias como a restrição aos direitos sexuais e reprodutivos, com a tentativa de limitar ainda mais os casos em que o aborto é permitido; propostas de “cura gay”; de redução da maioria

penal; e a retomado ensino religioso. Os projetos de lei de Escola sem Partido, já em vigor em municípios e estados, também ameaçam se incorporar à legislação nacional.

Na aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mostra-se a vitória da pressão das Igrejas e o quanto a burguesia, que se ergueu como classe dominante defendendo as luzes, em nossa formação social, é incapaz de defender um ensino científico. Não há como desvincular a ofensiva ideológica – como reforço do poder das Igrejas sobre o ensino – das medidas econômicas de ataque às condições de vida dos trabalhadores e juventude. Apesar dos governos petistas terem aprovado legislações progressistas contra as discriminações, houve significativas capitulações às Igrejas. Vale lembrar que foi Lula quem assinou, junto com o papa, um tratado entre Brasil e Vaticano que facultava a presença da religião na educação pública (decreto 7.107/2010).

Leea relata a presença opressiva da religião no ambiente escolar e a tentativa da gestora usar o discurso religioso para combater as ocupações:

[...] ela disse que a gente estava com o espírito ruim que isso não era de Deus [...]. Eu até levantei isso na ocupação eu disse: "não, a gente tem que fazer uma palestra sobre isso, sobre religião. Que religião não é nada do que ela prega aqui. E até porque dentro das escolas não tem que acontecer isso, né? Porque como são várias pessoas e cada uma tem uma religião diferente então ela não pode tá pregando dentro da escola. Aí rolava muito isso, esse preconceito. [...] tinha um trans na escola e ela insistia em chamar ele de "ela".

[...] Só que eu dizia pra ela que aquilo não tinha nada a ver com Deus que aquilo era estar procurando um direito nosso e ela questionava a gente usando a palavra de Deus (Leea Santos, OcupaPadreDehon)

Por meio da campanha midiática contra o PT, criando a farsa de que foi este partido que tornou a corrupção de pontual em generalizada no interior do Estado, a burguesia preparou a ofensiva contra todas as esquerdas. O que se expressou na reforma política, e que norteia o “Escola sem partido”, estimulando os estudantes a denunciarem seus professores e criando possibilidades de demissões das camadas militantes e politizadas do professorado. Conforme analisa Lujan, ex-ocupante da EREM Porto Digital, o governo:

[...] propunha a escola sem partido né, da coisa de não seguir nenhuma orientação ideológica em sala, quando na verdade a gente já sabe que existe independente do seu querer. Não existe neutralidade em nenhum discurso, ainda mais educacional. Então eu acho que o que teria que ser seguido era uma transparência, o que é essencial é uma transparência, mas [...] a partir do momento que você diz que não segue uma ideologia já é uma afirmação, já é um... você já tem uma pauta clara, no seu discurso.

Uma das pautas estudantis erguidas nas ocupações era a de impedir a aprovação das leis de Escola Sem Partido. Além disso, sob o controle dos estudantes, as escolas se converteram em espaços de reflexão, debate e atividades político-culturais sobre as variadas formas da opressão social. Abrindo espaço para um novo olhar sobre a sexualidade, o racismo e a opressão sobre as mulheres, unido ao momento de luta em defesa da Escola pública e contra os retrocessos em direitos sociais.

### "O Estado era nosso pior inimigo"



**Fonte:** Sérgio Gaspar (Simpere)<sup>7</sup>.

A polarização política que se abriu após as jornadas de junho, com a formação de grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados online e Vem pra rua se expressou também no movimento de ocupação de escolas. Parte dos estudantes foi insuflada, às vezes por gestores e professores, a fazerem movimentos em prol da desocupação. Em estados como Paraná, foram organizadas milícias para ameaçar e agredir os ocupantes, freadas por um cerco de solidariedade de organizações sindicais, de esquerda e familiares.

Em Pernambuco, houve ações neste sentido. Leea relata que "[...] depois que começou esse negócio do desocupa, essas ameaças, eles falando certas coisas, aí eu acho que ficou muito tenso". As ameaças de agressão eram veiculadas via redes sociais "A gente tinha muito medo disso, ficava sempre de dois, três, quatro acordado pra ter que vigiar a escola. [...] Eu, nem de dia dormia", complementa. Ao mesmo tempo, ante as ameaças, rapidamente os estudantes pediam ajuda e uma rede de solidariedade se formava.

---

<sup>7</sup> À esquerda, cerco do exército à Escola Municipal Nilo Pereira. À direita, jovens permanecem por 40 minutos de joelho após serem detidos pelo exército em manifestação contra a PEC55.

Porém, a principal forma de intimidação se deu a partir das forças repressivas do Estado, justificando a frase deste tópico, dita por Mylena Amorim. São vários os relatos de episódios com a polícia nas escolas, de manobras dos policiais para entrarem, como relata Victor da Escola Estadual Governador Barbosa Lima: “Ele pediu: 'posso usar o banheiro?' Quando ele saiu do banheiro, tava fardado, tu acredita, nisso?”. As ameaças e intimidações eram constantes, como conta Mayson Carvalho, da EREM Martins Júnior: “Lá eles não chegaram a entrar, até porque a gente sacou, né? Eles tiraram a arma começaram a brincar com o pente e a gente olhando pra cara dele.”

A diferença entre escolas em bairros operários ou da classe média também interferia em como o Estado lidava. Nas escolas como Porto Digital, frequentada por muitos filhos de servidores públicos ou a tradicional Ginásio Pernambucano, que foi laboratório dos Centros Experimentais, em 2004, a tática principal era de negociar a desocupação oferecendo conquistas em infraestrutura. São, sobretudo, estas escolas que elevam as notas de Pernambuco em rankings nacionais.

Arthur, ex-ocupante da EREM Martins Júnior, analisa que:

Sim, são escolas modelos, claro, mas a realidade é que o GP e o Porto Digital teve em relação à ocupação, existiu mimos, muito diferentes de escolas que são de referência dentro da periferia. As escolas periféricas são totalmente...é outra visão. A opressão é dez mil vez maior. Cadê que vão botar, oito carros da polícia na frente de um Porto Digital. Não vai, porque é ponto cultural, muita informação circulando, é ponto turístico...

Quando os estudantes perceberam que as escolas periféricas eram desconsideradas nas negociações, passaram a buscar formas de negociação coletiva. Porém, a articulação maior entre escolas, viabilizada nos "encontros das ocupas" já se deu quando o movimento começava a declinar.

Confirmando a análise de Arthur, a escola de nível fundamental Nilo Pereira, situada no pé de um morro na Estrada do Arraial, enfrentou várias formas de repressão. Desde um cerco do exército, com caminhões e um efetivo numeroso armado com fuzis, passando pelo Grupo Tático Operacional da Polícia Militar, e até mesmo com intimidações do Conselho Tutelar. Segundo Renan Castro, advogado do Centro Dom Helder Câmara, integrante da rede de advogados que prestou solidariedade aos ocupantes,

Nossa, a gente viu muitas coisas bizarras. Pra você ter ideia, o Conselho Tutelar que, na minha ótica, deveria proteger e zelar pela integridade das adolescentes e dos adolescentes que estavam ocupando as escolas, começou a perseguir os pais delas [...] dizendo que, caso aquelas ocupações continuassem, o Conselho iria acionar os pais por, salvo engano, por abandono de incapaz".

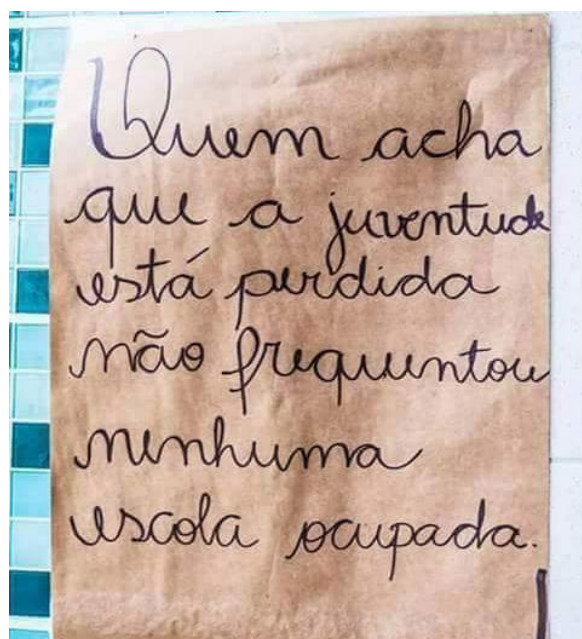
O relato da mãe de Daniel Francisco, Luciana Maria da Silva Siqueira, mostra como foi a abordagem do conselho:

Até colocaram na minha cabeça: “não, é porque é petista” [...]. Eu disse: “Meu Deus, será que Daniel tá em política?”. [...]

Um conselho tutelar, ele tinha que ir pra ver, ir ver. Ir ver lá a situação dos alunos, saber a verdade. [...] Porque entrou, viu tudo e mesmo assim tava querendo os menino... botando medo. [...] Do jeito que ele falou, eu até achei errado – porque ele falou como se ele fosse um delegado, um policial.

Ao mesmo tempo em que a repressão ao movimento de ocupações expressa a constante criminalização da pobreza, da juventude e dos movimentos sociais, sua intensidade também expressa o processo de militarização da política que alcança um novo patamar com o governo de Michel Temer.

## Considerações provisórias



**Fonte:** Ocupa Martins Jr

Nos limites deste momento bastante inicial de reflexão teórica e sobre os depoimentos dos estudantes de Recife a respeito das ocupações de escola, pudemos identificar como o movimento estudantil se constituiu como o elemento mais dinâmico no enfrentamento às medidas do governo na cena política em 2016. Assim como em 1968, o assassinato do estudante secundarista Edson Luís desencadeou manifestações gigantescas contra a ditadura, o movimento atual é prenhe de potencialidades, e tende a ter continuidade, seja nas escolas, ou em reverberações em movimentos em locais de estudo, moradia e trabalho.

Os estudantes revelam, em suas falas, um processo de amadurecimento político e pessoal promovido pela experiência prática de controlar a escola. Mostram suas potencialidades e o desejo de dar continuidade a esta experiência.

Nas palavras de Caio Bandeira:

O jeito que a gente evoluiu, o tanto que a gente amadureceu, essa proporção foi tipo, demais, da gente ser, eu mesmo, de uma criança, da gente ser muitas crianças ignorantes e preconceituosas, da gente ser, da gente perder vários preconceitos, da gente deixar, não deixar de ser ignorante, porque falta ainda muito, mas deixar de estar contente na ignorância, sabe? Da gente querer termais, mais, mais conhecimento, entrar mais, decidir mais (Caio, Ocupa ETEPLAP).

As ocupações não se resumiram ao enfrentamento às medidas do governo de Michel Temer. Apontaram para a precariedade na estrutura das escolas, para o ensino decorativo e memorístico, para o autoritarismo que reina no ambiente escolar. Descobriram, na prática, que aprender pode ser prazeroso. Ocuparam os espaços abertos das escolas, projetaram suas faixas e cartazes para as ruas. Se defrontaram com a repressão dos gestores, policiais, soldados, e até mesmo conselheiros tutelares. Convenceram seus pais a apoiarem sua causa. Mobilizaram redes de solidariedade com vizinhos, professores, sindicatos, artistas, advogados e jornalistas.

Não se trata de desconsiderar seus limites políticos e organizativos. Nota-se uma dificuldade em transformar a rebeldia em ação consciente e organizada de forma prolongada. Além de um rechaço à organização política que, por um lado, expressa a rejeição das práticas da política institucionalizada, mas que também pode ser base para um apartidarismo despolitizante. De qualquer maneira, as ocupações mostraram o quanto os estudantes podem ensinar em uma conjuntura de tanta fragmentação e imobilismo, superados breve e ocasionalmente, no movimento dos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, David et al. *Occupy*. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012. Pp. 31-38.
- ANDERSON, Perry et al. *Golpe en Brasil: genealogía de una farsa*. Buenos Aires: CLACSO; Fundación Octubre; UMET, 2016.
- BADARÓ, Marcelo. Movimento sindical brasileiro: o desafio da reorganização. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- BRASIL. *Lei nº 13.415*, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/listatextosigen.action?norma=602639&id=14374947&idbinario=15657824&mime=application/rtf>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.
- CAMPOS, Antonia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. *Escola de Lutas*. São Paulo: Ed. Veneta, 2016.
- CNTE. *Análise da Medida Provisória nº 746, que trata da reforma do ensino médio*, 2016. Disponível em: [www.cnte.org.br/images/stories/2016/ensino\\_medio\\_analise\\_CNTE.pdf](http://www.cnte.org.br/images/stories/2016/ensino_medio_analise_CNTE.pdf). Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.
- DRUCK, Graça. Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. In: *OSAL*, Observatorio Social de America Latina, año VI, no. 19. CLACSO, Buenos Aires, Julio de 2006. Disponível em:



<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

HARVEY, David et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

KLIASS, Paulo. Las (in)definiciones de Temer. In: ANDERSON, Perry [et al.]. *Golpe en Brasil: genealogía de una farsa*. Buenos Aires: CLACSO; Fundación Octubre; UMET, 2016, pp. 69-73.

KOIKE, Beth, VALENTI, Graziella e GUTIERREZ, Marcelle. Kroton fecha a compra da Somos Educação por R\$ 4,57 bilhões. In: *Valor Econômico*, 03 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/5474105/kroton-fecha-compra-da-somos-educacao-por-r-457-bilhoes>. Acesso em 03 de abril de 2018.

MARX, Karl. Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório, AIT [1868]. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos sobre Educação e Ensino*. Campinas: Navegando, 2011. pp. 83-86.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*, vol. I, livro primeiro, tomo 1. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MEIRELLES, Henrique de Campos e OLIVEIRA, Dyogo Henrique de. EMI nº 00083/2016. Brasília, 15 de junho de 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/projetos/expmotiv/emi/2016/83.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/expmotiv/emi/2016/83.htm). Acesso em 08 de abril de 2018.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria L. *Estado, Classe e Movimento Social*. Cortez Editora, 2010.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: HARVEY, David et al. *Occupy*. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012. Pp. 45-56.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. *Educação Integral*. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=70>. Acesso em 28 de abril de 2018.

TENENTE, Luiza e FAJARDO, Vanessa. Medida em debate no CNE pode permitir que ensino médio tenha até 40% das aulas à distância. In: *GI*, 20 de março de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/medida-em-debate-no-cne-pode-permitir-que-ensino-medio-tenha-ate-40-das-aulas-a-distancia.ghtml>. Acesso em 03 de abril de 2018.

TOLEDO, Luiz Fernando. Reforma do ensino médio esbarra em falta de estrutura e recursos. In: *O Estado de S. Paulo*, 04 de Junho de 2017. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral.reforma-do-ensino-medio-esbarra-em-falta-de-estrutura-e-recursos,70001824448>. Acesso em 03 de abril de 2018.